



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

Processo nº 10.014/2022

Assunto: Projeto de Lei nº 46/2022

### PARECER JURÍDICO DE ADMISSIBILIDADE

Projeto de Lei nº 046/2022, que dispõe sobre a instituição do Cadastro Técnico Ambiental de Atividades - CTAA e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFA-M no Município de Boa Esperança/ES. Presença dos requisitos de admissibilidade. Possibilidade de tramitação.

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 046/2022, de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre a instituição do Cadastro Técnico Ambiental de Atividades - CTAA e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFA-M no Município de Boa Esperança/ES, foi encaminhado a esta Procuradoria para fins de emissão de parecer de admissibilidade.

É o sucinto relatório.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto encontra-se devidamente protocolado, acompanhado da respectiva justificativa e apresenta os requisitos de admissibilidade presentes nos artigos 181, 182, 183 e inciso VI do art. 187 do Regimento Interno. Vejamos:

Art. 181. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 182. Exceção feita às emendas e subemendas, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 183. As proposições que trata os incisos I, II, III, IV, V, VII e XI, do artigo 180, deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificção por escrito.

Art. 187. Não será recebida a proposição:

I - REVOGADO;

II - que, fazendo menção às cláusulas de contratos ou de convênios, não as transcreva por extenso ou não os conste anexo;

III - que seja redigida de modo que não se saiba, à simples leitura, qual a providência objetivada;

IV - que tenha sido rejeitada ou votada na mesma sessão legislativa e não obedeça os requisitos deste Regimento;

V - que contendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de requerimento;

VI - que não vier acompanhada dos anexos;





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA**

VII - quando contiver o mesmo teor de outra já apresentada na mesma sessão legislativa, ou a que disponha no mesmo sentido de lei existente, sem alterá-la.

**III - CONCLUSÃO**

Em face do exposto, opina-se pela admissibilidade do **Projeto de lei nº 46/2022**.

É o entendimento que se submete à consideração superior.

Boa Esperança – ES, 23 de novembro de 2022.

**ADRIEL DE SOUZA SILVA**

Procurador Legislativo

Matrícula nº 000146

OAB/ES 23.709



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://www3.cmbe.es.gov.br/spl/autenticidade> utilizando o identificador 3900380039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Adriel de Souza Silva** em 23/11/2022 13:43

Checksum: **768279083FB9B63F5BB8776F943E7CAE738C2838C9EFB281E577A473740A0691**



---

Autenticar documento em <http://www3.cmbe.es.gov.br/spl/autenticidade>  
com o identificador 3900380039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.